



Diálogos Latinoamericanos
ISSN: 1600-0110
au@au.dk
Aarhus Universitet
Dinamarca

de Carvalho, Vinicius Mariano
Quando a consulta popular é uma fábula - O conto Sereníssima República de Machado de Assis
como interpretação da democracia direta na América Latina
Diálogos Latinoamericanos, núm. 18, 2011, pp. 1-9
Aarhus Universitet
Aarhus, Dinamarca

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16220050006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Quando a consulta popular é uma fábula - O conto *Sereníssima República* de Machado de Assis como interpretação da democracia direta na América Latina

Vinicius Mariano de Carvalho¹

Abstract

Originally published in 1882, in the collection of short-stories *Papéis Avulsos*, *A Sereníssima República* has as central theme the description of the political corruption, especially in the electoral context. The story also discusses how an ideal model (e.g. democracy), even if just, can be distorted in different ways, when subjected to practice. Also, the narrative shows all possible tricks of acquisition and retention of power. On the use of different textual resources: it is a tale, with the typical structure of this genre, which tells of a conference of Cônego Vargas that disseminates the scientific discovery about the world of spiders, with all the philosophical and scientific rigor inherent in this type of discourse. At this moment the text acquires the characteristics of a fable. With a distinctive wit and irony, the writer develops a critical reflection about the popular consultation and the consequent irregular political manipulation of this process. On the basis of Machado de Assis' story this paper will enlarge the discussion, noting how his story can provide a critical and interpretative key to the interpretation of direct democracy in contemporary Latin America.

Key words: Literature and politics; democracy; Machado de Assis

A mentira é uma verdade que se esqueceu de acontecer.
(Mario Quintana)

Introdução

De todas as investidas da literatura na política no contexto latinoamericano, possivelmente a que, de maneira prática, mais chamou a atenção nos últimos anos foi a candidatura de Mario Vargas Llosa à presidência do Peru em 1990, candidatura esta que, apesar de lograr grande apoio popular graças ao valor forte e simbólico do nome Vargas Llosa, não conseguiu superar a máquina política que foi Fujimori.

Da Campanha eleitoral de Vargas Llosa resultou um livro, escrito por seu filho Álvaro, e que recebeu o curioso nome de *El diablo en Campaña*. Deste livro saquei o que poderia ser o motivador para a aproximação que

¹ Doutor em Literaturas Românicas pela Universidade de Passau – Alemanha
Professor Catedrático de Estudos Brasileiros na Universidade de Aarhus – Dinamarca

pretendo fazer aqui entre literatura e política na América Latina. Diz Álvaro Vargas Llosa:

Como portavoz de la campaña tuve, además, una responsabilidad de primer orden en la guerra que nos enfrentó a tantos enemigos, unos cuantos adversarios y un millón de mitos y mentiras, tan grandes que hacen pensar en la política como un dominio no lejano de la literatura.(Vargas Lloasa, 1991: 12)

Esta citação é particularmente importante não só por se tratar de um jornalista, ou seja alguém que tem a palavra como instrumento de trabalho, e filho de um dos escritores mais conhecidos da América Latina, mas principalmente porque abre uma chave de compreensão da política nem sempre levada muito em conta, a saber, a da política como invenção, criação, ficção, fantasia, mentira mesmo.

Isso é de certa maneira novidade no contexto literário e político latinoamericano, já que, historicamente, foi sempre mais comum se associar a literatura a um lugar de resistência política, como prática ideológica, neste nosso subcontinente, conferindo-lhe um caráter revolucionário, denunciador, libertador. Assim, ser escritor na América Latina é quase sinônimo de ser esquerdista, independentemente do que significa esta palavra nos diferentes países latinoamericanos.²

O que gostaria de salientar é que, para além de um comprometimento ideológico, é preciso atentar-se para o fato de que a literatura, como arte da e com a linguagem, tem uma relevância maior do que se pode imaginar neste contexto político. A linguagem é um dos principais sistemas simbólicos com o qual o homem representa sua relação com as normas e os projetos da coletividade, da sociedade, ou seja, sua relação política. Indo além de imaginar que a literatura se relaciona com a política apenas por seu caráter “mentiroso” e mitogênico, como sugere Álvaro Vargas Llosa, a literatura é política porque ambas se fazem pelo discurso, pela linguagem. Compreendendo desta maneira, não é necessário esperar o comprometimento ideológico ou prático do escritor. Sua escrita, independente de um posicionamento, é sempre política, pois estabelece uma relação imaginária entre o indivíduo e suas reais condições de existência.

² Listar autores e obras que confirmem essa afirmativa seria mero exercício de erudição, Desde o México, até Argentina, seja na América Hispânica seja na Lusófona, ou na francófona, é legião o número de autores comprometidos politicamente com um discurso esquerdistas, revolucionário, engajado. Excelente estudo sobre esta temática, circunscrito ao ambiente centroamericano encontramos em Zimmerman, Marc; Beverly, John. *Literature and Politics in the Central American Revolutions*. Austin: Univ. Texas Press, 1990.

Neste sentido, não pode ser desconsiderada uma análise literária da política, nem tampouco uma análise política da literatura. E talvez conjugando um pouco mais, e é o que faço neste texto, estabelecer uma hermenêutica político/literária. É com esta compreensão que analiso o conto *A Sereníssima República* de Machado de Assis.

A Sereníssima República Fabulosa

Publicado originalmente em 1882 na coletânea de contos *Papéis Avulsos*, *A Sereníssima República* já traz de antemão uma particularidade: é um conto, em formato de conferência e com uma estrutura de fábula. Esse hibridismo genial já estabelece um jogo com o leitor que se vê defrontado com três perspectivas analíticas distintas, visto os diferentes gêneros textuais propostos. Um conto é história inventada, gênero narrativo condensado, sintético, obrigando o desenlace do enredo sem muita delonga, o clímax é quase imediato, mas sabe o leitor estar diante da invenção, da criação, da ficção pura, fantasiosa, usando uma palavra de Álvaro Vargas Llosa, da mentira. A conferência, ao contrário do conto, é gênero científico, comprometido com a verdade e com o rigor lógico. Ainda que se permita floreio estilístico, este mais é adorno que conteúdo. Regida por regras retóricas, a conferência procura convencer pela razão, sem dar margens para dubiedades ou falsas interpretações. Já a fábula, também narrativa ficcional, exerce no leitor um fascínio lúdico, provocado pela imediata associação do animal ao humano, pelo dizer e não dizer, e ainda por trazer uma moralidade já pronta, com a qual se concorda, porém sempre com o desejo de se buscar o contrário, de colocá-la em dúvida.

O conto é nada mais que a conferência do Cônego Vargas, anunciando como tinha conseguido decifrar a linguagem de uma espécie de aranhas e comunicar-se com elas. Graças a isso o cônego logra lhes infundir um senso de superioridade divina e agrupa em torno de si um grande número delas. Para organizá-las, deu-lhes um regime social e um sistema de governo. Na dificuldade de escolher entre um dos regimes vigentes, preferiu recorrer ao modelo da antiga república de Veneza, desta retomando o próprio nome, *Sereníssima República*, crendo ser este o modelo mais justo para sua nova sociedade. A sucessão do conto/conferência/fábula retrata como a corrupção logo se estabelece naquele que parecia ser o mais perfeito dos sistemas, aos olhos do Cônego. Algumas aranhas logo descobrem quais os benefícios do poder e iniciam uma série de artimanhas para mantê-lo ou o conseguir.

O aspecto fabuloso do conto, este de deduzir-se uma moral aplicada ao humano a partir da prosopopéia, se observa desde o início da conferência do cônego. Diz o narrador:

Senhores, vou assombrar-vos, como teria assombrado a Aristóteles, se lhe perguntasse: “Credes que se possa dar um regime social às aranhas? Aristóteles responderia negativamente, como vós todos, porque é impossível crer que jamais se chegasse a organizar sociavelmente esse articulado arisco, solitário, apenas disposto ao trabalho, e dificilmente ao amor.”

A pergunta não é sobre as aranhas, obviamente, mas fabulisticamente sobre a sociedade humana. Ácido, portanto, o comentário sobre os indivíduos e o ceticismo quanto a sua capacidade de organização social. Atente-se para o fato de que o cônego dirige-se a uma assembleia de ilustres da sociedade.

Com este aparente paradoxo, Machado de Assis inicia uma crítica irônica, e mordaz aos modelos de organização política, especialmente aqueles de representatividade direta, apontando, fabulosamente, como a manipulação, a corrupção e o jogo de interesses regem o exercício da denominada democracia. Esta fábula, mais que uma simples alegoria do que são as eleições, um verdadeiro diagnóstico do convívio social humano como um todo, escrita em 1882 é, no entanto, atualíssima, uma vez que não está comprometida com um contexto socio-histórico que a associa diretamente a um regime político ou ideológico. O discurso de Machado, totalmente diluído no conto/conferência/fábula, é incisivo, pois fala do ser humano e de como este constrói sociedade.

A dúvida e preocupação do cônego na escolha do melhor sistema de governo para esta “nova sociedade” residia, no entanto na idoneidade que deveria ter este sistema. Entre os vigentes, o cônego não encontrava um exemplar: “Hesitei na escolha; muitos dos atuais pareciam-me bons, alguns excelentes, mas todos tinham contra si o existirem.” Por essa razão o cônego recorre ao modelo da Sereníssima República veneziana, da qual copia o modo eleitoral do saco com bolas nas quais estavam escritos os nomes dos candidatos. A escolha dos que estariam, por um mandato, à serviço da república se dava por sorteio. Aqui Machado, destilando sua ironia, aponta os principais males que atentam contra a democracia direta. Nas palavras do cônego: “Este sistema fará rir aos doutores do sufrágio; a mim não. Ele exclui os desvarios da paixão, os desazos da inépcia, o congresso da corrupção e da cobiça.” Ademais, o saco parecia bastante simbólico para as aranhas, animais exímios na fiação de teias e tecidos.

Finalmente a sociedade das aranhas começa a funcionar de acordo com o modelo eleitoral imposto pelo cônego e, segundo este mesmo, “o que posso afirmar-vos é que, não obstante as incertezas da idade, eles caminham, dispondo de algumas virtudes, que presumo essenciais à duração de um Estado. Uma delas, como já disse, é a perseverança, uma longa paciência de Penélope.” Cito este trecho, para evitar, desde já, a possível imagem que poderia se criar de que Machado seria contrário ao voto direto, à

representação democrática, quando na verdade apenas pretende explicitar como os males que porventura surjam da democracia são resultado daqueles que a exercem e não da idéia, em tese. Isso se torna mais claro na sequência do conto/conferência/fábula. O cônego comunica que “desde que compreenderam que no ato eleitoral estava a base da vida pública, trataram de exercê-lo com a maior atenção”. Evidente que esta “maior atenção” referida pelo cônego é dúbia, e temperando-a com alguma ironia machadiana vê-se o quanto esta atenção é a porta de entrada da corrupção, da inépcia e da cobiça.

O conto/conferência/fábula segue narrando as diversas falcatrucas que vem a acontecer na Sereníssima República das aranhas e de como, com a manipulação da linguagem, da lei, da interpretação, aqueles mais “afortunados”, espertos, vão se beneficiando pela eleição. A cada ato de corrupção novo, uma nova “solução” é encontrada para saná-lo, porém esta solução abre espaço a uma nova maneira de burla, que, uma vez constatada, engendra outra busca por solução. Nas sábias palavras do cônego: “infelizmente senhores, o comentário da lei é a eterna malícia”. Curiosamente o problema era sempre focalizado nas bolas, no saco, ou na maneira com que se escrevem os nomes dos candidatos nas bolas, como se aí estivesse a origem da corrupção. Ainda que reconhecida a omissão, a distração, ou mesmo a má-fé de oficiais eleitorais ou de candidatos, estes nunca se viam punidos, já que sempre tinham seus atos justificados por algum inocente equívoco, sempre, porém, o problema era atribuído ao saco ou às bolas, quer dizer o problema era do sistema, não da ação do homem, ou melhor, da aranha.

Na proposta de uma hermenêutica político-literária deste conto pode-se atribuir aqui certa razão à Álvaro Vargas Llosa quando este associa política à literatura pela “mentira”. O ludibrio da verdade no mundo político das aranhas é mesmo digno de se comparar ao ato de invenção da verdade da literatura e as diversas explicações que encontram para a corrupção, a cada novo engodo descoberto, engendra um ato ficcional fantástico “no lejano de la literatura”.

Sobre os partidos políticos criados nesta sociedade aracnóidea, Machado despeja a crítica à superficialidade das ideologias partidárias. Quatro são os partidos políticos desta sociedade: o partido retilíneo, o curvilíneo, o reto-curvilíneo e o anti-reto-curvilíneo. Seus nomes derivam da concepção que têm sobre a maneira como devem ser tecidas as teias, porém “como a geometria apenas poderia dividi-los, sem chegar a apaixoná-los, adotaram uma simbólica” e os partidos trataram de logo associar a este valor geométrico a valores morais. Assim para o partido retilíneo a linha reta exprime a justiça, a probidade a inteireza, a constância, enquanto que a fraude, a deslealdade e a corrupção são representadas pela linha curva. Exatamente o contrário defende o partido curvilíneo. O partido reto-curvilíneo defende que a perfeição está na combinação dos dois e o anti-reto-curvilíneo é

contra todos. Enfim, nenhum partido oferece qualquer dimensão política ou mesmo ideológica propositiva nesta sociedade.

Não há no conto/conferência/fábula nenhum tipo de comentário analítico sobre estes partidos, apenas a descrição dos mesmos, porém a trama narrativa é de tal modo irônica que fica evidente a crítica à total alienação dos partidos frente à sociedade que representam. Outra vez a aproximação da política à literatura se torna real quando a representatividade partidária é colocada por Machado como apenas uma representação simbólica, sujeita, portanto, à interpretação variada e múltipla.

Um curioso personagem que vem a reforçar a hermenêutica político-literária que proponho para este conto é um grande filólogo, “talvez o primeiro da república, além de bom metafísico, e não vulgar matemático”, que aparece para justificar mais um ato de corrupção. Em uma eleição é sorteado um candidato de nome Nebraska e o oponente perdedor contesta, no entanto, dizendo que o nome escrito na bola não era Nebraska, mas o seu, Caneca. Para provar isso, chama o filólogo e este explica como na verdade o nome Nebraska é Canela. O filólogo é um ludibriador e arrogante, pois não aporta uma demonstração de fato, senão apenas um jogo de palavras para menosprezar e enganar:

“E, (...), não a demonstrarei, visto faltar-vos o prelúdio necessário ao entendimento da significação espiritual ou filosófica da sílaba, suas origens e efeitos, fases, modificações, consequências lógicas e sintáticas, dedutivas ou induutivas, simbólicas e outras. Mas, suposta a demonstração, aí fica a última prova, evidente, clara, da minha afirmação (...).”

A complexidade do discurso é neste sentido um artifício para mais uma corrupção, para mais manipulação política. E neste caso, o paradoxal é que a manipulação é executada por aquele que tem como função tornar claros e compreensíveis os textos, o filólogo, e não para confundi-los.

A fábula de uma Sereníssima República

Retomando o que já foi dito acima, ainda que Machado de Assis tenha escrito este conto/conferência/fábula em um contexto sócio-político específico, seu texto transcende este contexto, pois é situável em diversos ambientes políticos mundiais, e muito particularmente na América Latina, onde, muitas vezes, eleições beiram ao ficcional e a sociedade não difere tanto desta das aranhas.

O que ainda chama a atenção e que não pode passar despercebido é que o cônego nada fala da sociedade das aranhas antes de seu aprendizado da linguagem destes animais. Sua postura é o que poderíamos chamar de imperialista, pois, apesar de aprender a língua das aranhas e se interessar por

sua sociedade, impõe-se a elas e não se incomoda em ser visto como um deus, beneficiando-se inclusive da adoração que lhe devotam. Seu imperialismo é total quando, ignorando os hábitos anteriores das aranhas, decide que vai dirlhes “um governo idôneo”. O que logra com isso é criar uma sociedade viciada pela corrupção. Enfim, fica-nos a pergunta se a imposição de um modelo de democracia e de representação direta sem considerar a “tradição” daquela sociedade de aranhas não é a base do problema.

Fazendo nossa hermenêutica político-literária a pergunta salta da fábula para a realidade latinoamericana. Onde está a tradição política latinoamericana? Quem é o nosso “cônego”, que nos deu um “governo idôneo”? Qual é a Veneza de onde copiamos o modelo? Ou será que preferimos mesmo este modelo dado por um “ser superior”, afinal, com isso justificamos todos os “desvarios da paixão, os desazos da inépcia, o congresso da corrupção e da cobiça”, enfim os problemas de nossas democracias diretas?

A conclusão do conto/conferência/fábula traz algo de resignação frente a esta sucessão de ardis e tramas corruptas, porém em se tratando de Machado de Assis seria arriscado demais conformar-se com uma primeira leitura e isso faz deste texto tão atualizado e crítico frente aos usos de democracia direta na América Latina atualmente. Cito literalmente as últimas linhas:

Muitos abusos, descuidos e lacunas tendem a desaparecer, e o restante terá igual destino, não inteiramente, decerto, pois a perfeição não é deste mundo, mas na medida e nos termos do conselho de um dos mais circunspectos cidadãos da minha república, Erasmus, cujo último discurso sinto não poder dar-vos integralmente. Encarregado de notificar a última resolução legislativa às dez damas, incumbidas de urdir o saco eleitoral, Erasmus contou-lhes a fábula de Penélope, que fazia e desfazia a famosa teia, à espera do esposo Ulisses.

- Vós sois a Penélope da nossa república, disse ele ao terminar; tendes a mesma castidade, paciência e talentos. Refazei o saco, amigas minhas, refazei o saco até que Ulisses, cansado de dar às pernas, venha tomar entre nós o lugar que lhe cabe. Ulisses é a Sapiência.

Ulisses é a sapiência, porém também é o mito. Aguardá-lo simplesmente é outra vez colocar fora da sociedade a responsabilidade do ato político, e com isso, dar razão ao que diz Álvaro Vargas Llosa quando compara a política à literatura pela mentira presente em ambas.

Aqui é forçoso diferenciar o papel da mentira para um e para outro e em ambos o conto/conferência/fábula é outra vez paradigmático. Enquanto que para a política a mentira é o enganar com a palavra, com a corrupção, para com isso perpetuar-se o poder, para a literatura esta mesma mentira é o elemento da transgressão que lhe permite atuar socialmente, imaginando

outros mundos possíveis e, com o ludibrio da palavra, abrir os olhos para as reais condições de existência. Curiosamente, é a mentira que faz da literatura, política.

Conclusão

Iniciei o texto com uma citação de *El diablo em campaña* e o terminarei da mesma maneira, desta vez com a dedicatória que outro filho de Mario Vargas Llosa, Gonzalo, o saúda após a derrota nas eleições. A citação é um pouco longa, mas que resume de maneira precisa como pretendi aqui apontar como a literatura tem uma função política para além daquela de denúncia.

Bienvenido nuevamente, maestro, al lugar donde siempre perteneciste: tu escritorio. Es desde aquí, y no desde el sillón presidencial, donde batallando con sus demonios, seguirás contribuyendo al progreso de tu país y de la humanidad en general, en la medida en que tus libros representan, más que en ningún otro escritor, lo que tú tan correctamente llamaste “una tentativa de corrección y cambio de la realidad”. Ningún presidente en la historia del Perú ha contribuido tanto como lo hicieron y lo seguirán haciendo, el poeta, Pantaleón Pantoja, Zaúl Zuratas, Fushia o la Chunga – a través de la conciencia que estos personajes crean en los lectores – a tratar de revelar los profundos problemas que afectan a nuestro país y a intentar superarlos. La derrota en las urnas no significa, pues, sino un triunfo para aquel mundo que ya reclamaba tu presencia: la literatura. La contienda del 10 de junio no fue entre tú y un misterioso desconocido, sino entre dos fuerzas superiores: la política y la literatura. (...) En todo caso, tu paso por la política no ha significado tiempo perdido, pues con aquella honestidad y transparencia que demostraste a lo largo de esos dos años de campaña, ayudaste a probar que la política en el Perú no es, necesariamente, como lo creen muchos, sinónimo de demagogia.”(Vargas Lloasa, Id: 217)

Machado de Assis também sempre andou próximo à política, exerceu cargos públicos, posicionou-se como intelectual frente às condições sócio-históricas de sua época, porém, como Vargas Llosa, foi com a literatura que realizou sua maior obra política, favorecendo a reflexão consciente por parte de seus leitores com suas obras, personagens e enredos. O cônego e as aranhas da *Sereníssima República* muito conduzem a pensar sobre os usos de democracia direta que a América Latina recebeu como “dom superior” e também, e talvez principalmente, como vem conduzindo esse modelo de representatividade direta muitas vezes como uma fábula, aqui sim, mentira.

Bibliografia:

- Assis, Machado. *A Sereníssima República*. In: Obra Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994. v. II.
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000239.pdf>
- Rodriguez, Ricardo Vélez. *Análise do Patrimonialismo através da Literatura Latino-Americana*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2009.
- Vargas Lloasa, Álvaro. *El diablo en campaña*. Madrid: El País/Aguillar, 1991.
- Zimmerman, Marc; Beverley, John. *Literature and Politics in the Central American Revolutions*. Austin: Univ. Texas Press, 1990.